

## **Sociedade civil apresenta relatório sobre Revisão Periódica Universal no contexto da pandemia**

Membros da sociedade civil apresentarem ontem (12), durante a 12a Reunião Extraordinária do Conselho Nacional dos Direitos Humanos – CNDH, o relatório sobre a Revisão Periódica Universal – RPU dos direitos humanos no contexto da covid-19. O documento foi apresentado por Fernanda Lapa (IDDH), Tchenna Maso (MAB) e Antônio Neto (Justiça Global), integrantes do Coletivo RPU Brasil, grupo criado para cobrar do Estado o fortalecimento de um sistema de monitoramento das recomendações da RPU, realizar audiências públicas, impulsionar rodas de diálogos com embaixadas e elaborar relatórios de avaliação pela sociedade civil.

Fernanda Lapa destacou que o relatório possui uma apresentação interativa, que permite navegar pelas temáticas avaliadas dentro de uma metodologia que classifica as recomendações da RPU como cumpridas, parcialmente cumpridas ou não cumpridas. Além disso, o relatório de 2020 inova ao trazer indicadores de retrocesso nos casos de recomendações que não só não foram cumpridas, como retrocederam. “Pudemos perceber que durante a pandemia temos um aprofundamento de violações de direitos humanos que a gente já havia avaliado até o momento”, explicou Lapa.

Tchenna Maso pontuou que das 187 recomendações ao Estado brasileiro avaliadas, 64 apresentaram graves retrocessos. “A Emenda Constitucional 95, já amplamente debatida no CNDH, e as políticas de austeridade que vieram depois contribuem fortemente para esse cenário do agravamento do retrocesso”. Apenas para exemplificar, das 25 recomendações ligadas aos povos indígenas e ao meio ambiente, nenhum foi cumprida e 11 delas tiveram retrocessos. Já na temática do racismo, há 13 recomendações não cumpridas e 11 em retrocesso. Antônio Neto apresentou ainda uma série de dados que demonstram, área por área, o distanciamento do Brasil no cumprimento das recomendações da RPU.

Para o vice-presidente do CNDH, Leonardo Pinho, o relatório do Coletivo RPU Brasil demonstra um cenário geral de regressividade de direitos humanos em plena pandemia – justamente uma situação de emergência para que aflorasse uma agenda de progressividade de direitos. Segundo ele, os retrocessos atingem inclusive as recomendações destinadas ao CNDH, que não teve sua autonomia consolidada. Pinho também destacou o zelo metodológico, a clareza e o design gráfico que facilita a navegação pelo relatório.

O presidente do colegiado, Renan Sotto Mayor, foi enfático ao afirmar que, uma vez que o Estado Brasileiro aceitou as recomendações da RPU, não pode ir contra seu próprio ato, por exemplo ao não reconhecer a autonomia orçamentária, financeira, e administrativa do CNDH. “É fundamental que todos os defensores e defensoras de direitos humanos tenham um papel educativo para que a gente possa esclarecer os operadores do Direito sobre a RPU, dando mais eficácia ao instrumento ao ser utilizado em decisões judiciais”, afirmou.

O Relatório sobre a Revisão Periódica Universal – RPU dos Direitos Humanos no Contexto da Covid-19 pode ler lido na íntegra em:

<https://plataformarpu.org.br/publicacoes>